

OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E OS ASPECTOS CONJUNTURAIS DA REALIDADE BRASILEIRA*

SOCIAL MOVEMENTS IN BRAZIL AND CONJUNCTURAL ASPECTS OF BRAZILIAN REALITY

Rosilda Costa Fernandes¹

GEPEMDECC-UESB

Arlete Ramos dos Santos²

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre os movimentos sociais no contexto da luta da classe trabalhadora, sobretudo os movimentos sociais do campo, os quais se formaram em razão da luta pela terra, pela inclusão social, pela igualdade e erradicação da exploração da classe trabalhadora. O trabalho aborda também acerca da classe dominante que é formada com base em privilégios, como a obtenção de grande quantidade de terra. Por fim, apresenta uma breve análise sobre os aspectos da conjuntura atual pós golpe de 2016. O trabalho foi constituído por intermédio de uma pesquisa de abordagem qualitativa Chizzotti (1995), consolidado por intermédio das ferramentas da pesquisa bibliográfica, inspirada em Severino (2016). No decorrer verificamos a importância da luta dos movimentos sociais do campo, para efetivação de políticas de especificidades, principalmente para a educação. Além de revelar um panorama de retrocesso no país, devido os desmontes das políticas que interferem no contexto educacional. Nessa conjuntura, compreendemos a necessidade da continuidade das lutas, enfrentamentos e ações dos movimentos sociais e sindicais e suas respectivas bandeiras de luta. Para tanto, entendemos que seja necessário pensar, junto às nossas organizações, em projetos e atividades de cunho coletivos.

5409

Palavras- chave: Educação do Campo. Movimentos Sociais do Campo. Luta da classe trabalhadora.

Abstract: This article aims to present some reflections on social movements in the context of the working class struggle, especially rural social movements, which were formed due to the struggle for land, social inclusion, equality and the eradication of class exploitation. worker. The work also discusses the dominant class that is formed based on privileges, such as obtaining a large amount of land. Finally, it presents a brief analysis of aspects of the current situation after the 2016 coup. The work was constituted through qualitative research Chizzotti (1995), consolidated through the tools of bibliographic research, inspired by Severino (2016). During the course, we verified the importance of the struggle of social movements in the countryside, to implement specific policies, mainly for education. In addition to revealing a panorama of regression in the country, due to the dismantling of policies that interfere in the educational context. At this juncture, we understand the need for the continuity of struggles, confrontations and actions of social and trade union movements and their respective battle flags. To this end, we understand that it is necessary to think, together with our organizations, about collective projects and activities.

Keywords: Rural Education. Rural Social Movements. Working class struggle.

Introdução

* Esse artigo é desdobramento de uma pesquisa intitulada Ações dos movimentos sociais contra o fechamento de escolas do campo: Lutas e enfrentamentos, do Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste Bahia. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2021/04/ROSILDA-COSTA-FERNANDES.pdf>

A história do Brasil sempre foi marcada por lutas e revoltas populares que são as raízes dos movimentos sociais no país, os quais se formaram em contextos de exclusão, desigualdades e exploração da classe trabalhadora. Em contrapartida, a classe burguesa do país se constituiu mediante privilégios, sendo um deles a obtenção de grandes latifúndios. Fato que levou ao surgimento de movimentos sociais do campo relacionados diretamente e/ou indiretamente às questões fundiárias no país.

Em razão dessas concepções, esse artigo tem como finalidade apresentar algumas reflexões abreviadas a respeito dos movimentos sociais na perspectiva da luta da classe trabalhadora, com recorte para os movimentos sociais do campo, os quais emergem em função da luta acerca das questões fundiárias no Brasil, a exemplo da negação das políticas pela reforma agrária. Trata-se de um trabalho assegurado por meio de uma pesquisa qualitativa que “parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto” (Chizzotti, 1995, p.79), amparado nas técnicas da pesquisa bibliográfica, conforme Severino, (2016. p. 131), quando afirma que “a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir de registro disponível decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.”.

Os movimentos sociais do campo e a expressão da luta da classe trabalhadora

O termo “movimentos sociais” tem uma multiplicidade de interpretações e enfoques. Segundo Gohn (2000), no mundo globalizado vários fenômenos sociais têm sido intitulados como movimentos sociais, mas nem todas essas denominações são de fato um movimento social. A autora aponta quatro elementos essenciais que devem ser considerados para o entendimento quanto à existência de fato de um movimento social:

Primeiro, não se deve levar em consideração apenas os interesses comuns entre um determinado grupo, pois os “Interesses comuns de um grupo é um componente de um movimento, mas componente não suficiente para caracterizá-lo como tal” Uma vez que a ação de um grupo movida apenas por seus interesses comuns, por si só não o constitui como um coletivo social de identidade em comum. [...] Segundo, o movimento da classe trabalhadora se trata de uma dialética em oposição à inércia. Sendo assim “É a ação da classe em movimento e não um movimento específico da classe. Esta diferença possibilita demarcar dois sentidos para o termo movimento: um ampliado e geral, outro restrito e específico. Terceiro diz respeito aos modos de ação coletiva. Por exemplo, protestos (pacífico ou não), são modos de estruturação de ações coletivas, não é o movimento social propriamente, são estratégias de ação de um movimento social. [...] Quarto, um movimento social ocorre, por meio de uma ação coletiva, em um espaço não-institucionalizado, nem pelo poder público governamental ou estatal e nem pelo poder privado (GOHN 2000, p. 12).

É nesse sentido que precisamos ter o entendimento que para a autora o movimento social se constitui na perspectiva das esferas não-institucionais caracterizado por efetivação coletiva, haja vista que um grupo de luta específico não consolida um movimento social, ou seja, uma ação coletiva, parte de uma organização coletiva, mas essas ações, por si só, não poderão ser consideradas como movimentos sociais no contexto ampliado.

Nessa perspectiva, compreendemos que esses fatores conferem as condições para a existência de movimentos sociais. Assim, podemos compreender que movimento social refere a ação do homem, conduzida de forma dialética, com fundamentos e princípios de uma coletividade com interesses e identidades comuns. Nesse sentido, assimilamos que os movimentos sociais são formados a partir de suas lutas sociais e ações coletivas, que se originam segundo a conjuntura do país e a dinâmica do tempo histórico.

Santos (2013) trata dos movimentos sociais, na perspectiva da teoria marxista, cujo conceito dos movimentos sociais está alinhado à luta e à organicidade da classe trabalhadora no cenário da luta de classe do proletariado contra burguesia, bem como na busca de contribuir “para a superação da sociedade capitalista, tendo como meta a transformação política e social” a autora complementa ainda que “[...] Marx buscou responder às questões de envolvimento e mobilização dos indivíduos em ações coletivas, por meio das contradições históricas das lutas de classe entre proletariado e capitalista” (SANTOS, 2013, p. 28).

Gohn (2000, p. 13) define o conceito de movimento social como:

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Quanto ao termo “solidariedade” utilizado no conceito de movimentos sociais, Gohn (2000, p. 14) nos esclarece que “não significa que os movimentos sejam internamente harmoniosos ou homogêneos”. Há conflitos internos nos movimentos sociais, mas as articulações, discursos e realizações de suas ações criam uma unicidade e totalidade, condizente com os princípios e bandeira de luta que caracterizam aquele determinado movimento, os quais podem ser de diferentes classes sociais, assim, podem ter ou não um caráter reivindicativo.

Santos (2016) traz as contribuições da literatura como *Ensaio de Teoria Sociológica*, de Talcot Parsons, para elucidar sobre o conceito de movimento social. De acordo com o entendimento relacionado à literatura referida, os movimentos sociais se consolidam por meio

de “uma disfunção sistêmica e pode ser identificada a partir do conflito de classe, conflito ideológico, conflito legal e/ou conflito de interesses” (SANTOS, 2016, p. 23).

As demandas vivenciadas pelos movimentos sociais, em seus cotidianos, transformam-se em reivindicações, mediante ações coletivas que resultam, muitas vezes, em mudanças do contexto social, político, econômico e cultural da sociedade. Geralmente, os movimentos sociais na busca pela ampliação de conhecimento e força reivindicatória estreitam as relações com universidades, lideranças sociais e partidos políticos que coadunam com seus interesses e princípios ideológicos.

Dessa forma, compreendemos, assim como Gohn (2000), que os movimentos sociais são ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural, reflexo da sociedade, a qual é movida pela contradição e dialética. As ideias, pensamentos, necessidades e objetivos em comum, defendidos ou não pelo movimento social, dependem da conjuntura histórica em que o movimento está inserido. Esse fato fica evidente quando analisamos a existência de movimentos sociais desde o Brasil Colônia (final do século XV e início do século XIX — 1500/1815) até os dias atuais (século XXI — 2020) no Brasil.

Mocelin (2018, p. 65) em suas contribuições apresenta que:

O movimento social logra duração e integração e constitui-se da consciência de afinidades, percebidas por atores submetidos a pressões sociais semelhantes, ou que enfrentam “obstáculos” de uma mesma natureza. Como expressões de pessoas ou de grupos de atores sociais articulados, os movimentos sociais podem propor mudanças em determinadas condições e/ou relações sociais, ou até mesmo buscar preservá-las. Você deve perceber que os movimentos sociais não se caracterizam como organizações sociais, pois não assumem caráter institucional; portanto, os primeiros não podem ser confundidos com as segundas, embora os movimentos sociais sejam organizados e possam estar na origem de instituições, organizações, clubes, partidos e associações.

No pensamento do autor é preciso saber diferenciar “um movimento social de ações individuais isoladas” (MOCELIN, 2018, p. 65), pois a classe hegemônica se empenha em considerar os movimentos sociais como coletivo de agentes “perturbadores/as da ordem social”, cujo intuito recai em depreciar a real finalidade e os objetivos de enfrentamentos dos movimentos sociais. O autor complementa que [...] “O jornalismo de massa, por exemplo, tende a descaracterizar e repudiar alguns movimentos sociais e a enaltecer outros, variando sua interpretação conforme for conveniente a seus interesses” (MOCELIN, 2018, p. 65).

Nesse sentido, a presente pesquisa buscou evidenciar alguns movimentos sociais no Brasil que mesmo com contradições, representam resistências frente às injustiças, à exclusão social e à exploração da classe trabalhadora. Movimentos sociais de direito que lutam pela igualdade com justiça social, ao evidenciar a importância da contestação e da participação

popular para a permanência da democracia, contra as ações de um Estado capitalista que exerce seu poder centralizador e autoritário.

Os movimentos sociais no Brasil, desde sempre, estiveram relacionados às necessidades e às demandas surgidas no contexto histórico do país. Santos (2014, p. 36), a título de exemplo, esclarece que no meio urbano os movimentos sociais geralmente estavam relacionados às lutas “[...] por creches, moradia, lutas por transportes, saúde, construção de escolas públicas; e no âmbito rural, os movimentos de luta por terra e trabalho”. Os movimentos sociais no Brasil estiveram presentes desde o período colonial, com a luta de negros escravos, índios, brancos que não tinham o poder econômico e que se posicionavam contra a escravidão e a organização social monárquica.

Gohn (2000) em sua pesquisa *500 Anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor* apresenta em forma de lista os movimentos sociais que tiveram mais destaques no Brasil Colônia e na fase do Império. Para maior compreensão dessas resistências organizamos o Quadro 2, que evidencia a luta do povo brasileiro contra a opressão do governo português no período colonial. Muitos desses movimentos eram opositores da monarquia, da escravidão e de adeptos do republicanismo. Porém, alguns visavam beneficiar muito mais as elites locais do que necessariamente propiciar a criação de uma sociedade justa e igualitária.

Quadro 1 — Movimentos sociais ocorridos no Brasil entre os séculos XVII e XIX

Ano	Nome do movimento social	Localização geográfica	Objetivos comuns
1630-1695	Zumbi dos Palmares	Situava-se onde era o interior da Bahia, hoje estado de Alagoas.	Resistência contra a escravidão e a opressão portuguesa.
1789-1792	Inconfidência Mineira	Minas Gerais	Pretendia eliminar a dominação portuguesa em Minas Gerais, estabelecendo um país independente. Não tinha caráter abolicionista.
1798-1799	Conspiração dos Alfaiates	Bahia	Luta pela emancipação política, implementação de um sistema educacional e industrial por meio da república e o fim da escravidão.
1817	Revolução Pernambucana	Pernambuco	Objetivo maior era a proclamação da República na Capitania de Pernambuco; Extinção dos impostos; Instituição do princípio dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário); Contrários à abolição.
1835	Revolta dos Malês	Salvador/Bahia	Grupo formado por escravos que lutaram pelo fim da escravidão.

Ano	Nome do movimento social	Localização geográfica	Objetivos comuns
1835-1840	Cabanagem	Pará	Reivindicação por melhores condições de vida e trabalho, por parte de uma parcela desfavorecida economicamente, disputas políticas e territoriais, motivadas pelas elites em oposição ao poder centralizador do governo regencial, com o objetivo de independência da região.
1838-1841	Balaiada	Maranhão	Movimento popular contra os grandes proprietários agrários da região. Lutavam contra a miséria, a fome, a escravidão, enfim contra as injustiças sociais.
1847/1849	Revolução Praieira	Pernambuco	Defesa do voto livre universal; liberdade dos meios de comunicação; dissolução do Poder Moderador; quebra do monopólio político das oligarquias agrárias; nacionalização do comércio.
1851	Revolta de Ibicaba	São Paulo	Luta dos imigrantes europeus contra a exploração do trabalho pelos fazendeiros brasileiros, que estavam utilizando o sistema de parcerias em substituição à escravidão.
1858	Revolta de Vassouras	Rio de Janeiro	Resistência à escravidão negra
1873	Quebra-Quilos	Início em Paraíba	Propunha às mudanças nos padrões de pesos e medidas do sistema internacional que estavam sendo utilizados no Brasil.
1979-1880	Revolta do Vintém	Rio de Janeiro	Contra o aumento das passagens de bonde.
1874/1897	Canudos	Sertão da Bahia	Liderada por um líder religioso (Antônio Conselheiro), eram contra os impostos, os latifúndios, a exploração e a miséria da população sertaneja.

Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de Gohn (2020).

Esses movimentos apresentados, no Quadro 2, são alguns dos muitos movimentos ocorridos no contexto da História do Brasil, até o século XX. Contudo, não faremos aprofundamento sobre suas circunstâncias. Compreendemos que na atualidade o movimento dialético da realidade social, engendrada pela luta de classe, não se sabe precisamente, em muitos casos, quando foi iniciado. Entretanto, é importante destacar uma informação que aparece na pesquisa de Lísias Nogueira Negrão, cujo título é Revisitando o Messianismo no Brasil e Profetizando seu Futuro. A autora trata de fatos históricos direcionados a uma diversidade de movimentos e/ou mobilizações sociais, os quais são denominados, movimentos messiânicos ou milenaristas.

Conforme Negrão (2001, p. 119), trata-se de uma organização típica com ideias em crenças embasadas na espera de um Salvador “o próprio Deus ou seu emissário, e à expectativa de sua chegada, que porá fim à ordem presente, tida como iníqua ou opressiva, e instaurará uma

nova era de virtude e justiça”. Tais organizações surgiram em diferentes épocas, muitas de cunho religioso ou revolucionário com lideranças definidas sustentadas no carisma, a exemplo do Padre Cícero em Juazeiro e Antônio Conselheiro em Canudos.

Constituem-se como movimentos messiânicos, milenaristas, ou messiânico-milenaristas desde simples contestações pacíficas quanto a aspectos selecionados da vida social, até rebeldias armadas, ambos os tipos informados pelo universo ideológico religioso, capazes de, ao mesmo tempo, diagnosticar as causas das atribulações e sofrimentos e indicar caminhos para sua superação, desde os mais racionais até os mais utópicos. O imaginário religioso progressivo, sua exacerbação ou Disuperação por uma nova revelação profética, está sempre presente, interpretando a realidade, postulando objetivos e indicando os meios pelos quais estes serão alcançados (NEGRÃO, 2001, p. 119).

A autora segue mencionando que a partir da década de 1930, na medida em que a sociedade industrializava e evoluía para o processo de urbanização passa a haver uma escassez desses movimentos e de sua capacidade de mobilização. Entretanto, a estudiosa destaca que algumas regiões, a exemplo das “regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Talvez esta afirmação não seja verdadeira para a Região Norte, onde parecem persistir diversos movimentos recrutando índios destribalizados, seringueiros, pescadores etc.” (NEGRÃO, 2001, p. 125).

De acordo Santos (2014, p. 37), “É importante observar que o movimento social não dura para sempre, pois quando atinge seus objetivos, perde o sentido da existência”. Sobre essa constatação, Martins (1997, p. 62) *apud* Santos (2014) também afirma que “[...] a tendência dos movimentos sociais é desaparecerem, uma vez que atingidos seus objetivos ou a sua capacidade de pressionar [...]. Os movimentos sociais existem enquanto existe uma causa não resolvida”.

Em decorrência da concentração da propriedade privada fundiária se estabeleceu e, ainda hoje em 2020 se estabelecem as situações de conflitos relacionados à reforma agrária no Brasil, um exemplo é a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 — primeira Lei de Terras do Brasil — a qual “[...] responde à consolidação do modo de produção capitalista no Brasil, pela colocação da terra enquanto mercadoria, definindo o caráter capitalista da propriedade fundiária, e pela substituição do escravo pela mão-de-obra livre” (GASSEN, 1994, p. 230).

O século XX (1901-2000) também foi marcado por grandes revoltas, resistências e enfrentamentos contra o Estado opressor, mais especificamente na década de 1950. Segundo Santos (2014), houve grande surgimento de movimentos sociais que tinham como bandeira a luta pela terra, assim como também ações coletivas que tratam do arrocho salarial, das questões ambientais e feministas, dentre outros.

De acordo com Gohn (2000, p. 17), entre os anos de 1961 a 1964 eclodiram muitas greves no país. No campo, surgiram dois movimentos que antecedem o MST: “as Ligas Camponesas do Nordeste e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), no Sul do país. Na área da educação criou-se o Movimento de Educação de Base (MEB)”, os quais produziram eventos, publicações e mobilizações que envolveram as lutas por igualdade e por melhores condições para os sujeitos da classe trabalhadora. Porém, o golpe militar de 1964 teve forte impacto no ciclo de mobilização e organização popular, devido à forte repressão por parte dos militares.

Os movimentos sociais no Brasil se intensificaram a partir da década de 70, com os movimentos de oposição ao regime militar, marcados pelo militarismo e forte resistência (GUIMARÃES, 2009). Ghon (2000) observa que:

A resistência ao regime militar começa a se articular. Os movimentos sociais emergem das cinzas. Nas cidades, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), embaladas pela Teologia da Libertação, I organizaram milhares de pessoas e deram origem a movimentos populares vigorosos como Custo de Vida (depois Carestia), movimentos pelos transportes, de favelados pelo direito real de uso da terra onde estavam, pela saúde nos centros e postos comunitários de saúde, por vagas nas escolas etc. O setor da educação também se mobilizou e surgiram várias associações e uniões de trabalhadores do ensino (tanto do antigo 1^o e 2^o graus, como do ensino universitário). Os trabalhadores recriam suas centrais sindicais a partir da Associação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOs). Surge a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). [...] O ano de 1984 foi um marco na história sociopolítica do Brasil com o movimento Diretas Já (GHON, 2000, p. 18-19).

Os movimentos sociais que emergiram no Brasil na década de 70 e 80 se mobilizaram por uma nova Constituição e, por meio de várias reivindicações, conseguiram a aprovação de leis que garantiram direitos educacionais, saúde, garantias trabalhistas, lazer e cultura. Foram conquistas sociais alcançadas por intermédio da luta de classe, as quais dentro de contradições trouxeram benefícios, mesmo que mínimos, para a classe trabalhadora.

No desenrolar da luta de classes, na década de 1980, instituíram-se mudanças que apontaram para a direção do preparo dos alunos do campo para o mercado de trabalho, como a exigência da Educação Básica para a maioria dos empregos com carteira assinada. Também nesse período emergiram os cursos profissionalizantes para atender à demanda do mercado (ARROYO, 1999).

Os novos movimentos sociais que surgiram a partir dos anos de 1990 são oriundos de demandas sociais específicas, como o Movimento de Mulheres, o Movimento LGBT, o Movimento Negro, Movimento Indígena entre outros (AVRITZER, 2009). Ressaltamos ainda os fóruns de ONGs, o movimento popular estudantil conhecido como os “caras-pintadas” que

realizaram manifestações contra a corrupção e o *impeachment* do então presidente, na época, Fernando Collor de Mello (concretização do *impeachment* em 1992).

Na década de 1990, houve expressivas mobilizações de movimentos sociais politizados com o objetivo de fazer crítica e denúncia das políticas neoliberais excludentes, tanto para a classe trabalhadora que morava na cidade, quanto para a classe trabalhadora do campo, conforme esclareceremos no próximo subitem.

Nesse sentido, acreditamos ser fundamental que no processo histórico tenham sujeitos organizados em movimentos sociais, no intuito de alcançar a igualdade com justiça social, evidenciando a importância da participação popular para o acesso e/ou permanência de direitos e contra as ações de um Estado capitalista que exerce seu poder centralizador e autoritário. É necessário ir além da participação, um movimento social precisa ser participativo, militante e crítico.

As expressões da luta dos movimentos sociais do campo e os aspectos conjunturais da realidade brasileira.

Ao adentrarmos no cenário dos movimentos sociais, gostaríamos de esclarecer que não evidenciaremos os conceitos devido à amplitude da temática, mas faremos um recorte de estudos sobre os movimentos sociais do campo — e também fazemos assim por compreender que esses conceitos já foram respondidos por Gohn (2000) e Santos (2014).

Segundo Gohn (2000), os movimentos sociais surgem no período da colonização, com os movimentos das elites, contra impostos e movimentos abolicionistas, pautados por lutas contra a escravização. Tais movimentos podem ser considerados grandes exemplos de movimentos sociais de luta que de alguma forma reivindicavam o fim da opressão e da dominação. Para a autora, as lutas sociais, ao longo da história do Brasil, foram cenários de imensas batalhas sangrentas no período colonial.

A autora segue, ao enunciar que: “A maioria das lutas e movimentos no Brasil Colônia foi empreendida por negros escravos e pela plebe vulgo, “ralé” (Gohn, 2000, p. 15). Eram indivíduos livres por conta da abolição do sistema escravocrata, desprovidos de condições financeiras para sobrevivências. Gohn afirma que é preciso enfatizar e compreender todo esse contexto histórico, social e cultural, para avançarmos no ponto de vista das lutas mais recentes.

Conforme Viana (2018, p. 43), é por intermédio dos movimentos sociais que é possível identificar as questões sociais, assim como promover estratégias de enfrentamento para a “[...]”

transformação social, o que significa uma substituição de uma sociedade por outra. Nesse sentido, os movimentos sociais seriam revolucionários”.

E como modelo de movimentos organizados, destacaremos os movimentos sociais do campo. Os movimentos sociais do campo surgem entre as décadas de 1980-1990, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), dentre outros (Scherer-Warren, 2008). Esses movimentos estão diretamente relacionados à resistência contra o poder centralizador de posse da terra, em que estão subtendidas questões políticas neoliberais.

O papel dos movimentos sociais, nesse contexto, torna-se importante para colocar na pauta dos governantes o debate sobre a reforma agrária e sobre questões relacionadas à educação para a classe trabalhadora do campo, propondo uma educação que seja adequada à realidade e à especificidade dos alunos nas escolas do campo, nos assentamentos e acampamentos do Brasil.

No cenário do capitalismo, convém aos trabalhadores do campo permanecerem organizados no contexto do campesinato contra o latifúndio e a favor da reforma agrária, na luta contra a desigualdade e a exploração, proveniente das relações econômicas, políticas e sociais. Contudo, “[...] no capitalismo, o processo de produção do espaço social determina as suas formas por meio das relações sociais, que são compreendidas na tríade formada pelo capital, trabalho assalariado e propriedades fundiárias” (Fernandes, 1999, p. 24).

Dois acontecimentos de grande repercussão nacional marcaram o que Silva (2018, p. 504) denomina como fragilidade do “Estado democrático de direito”, os quais ocorreram em consequência da ditadura militar e do golpe de 2016. De acordo com a autora, o autoritarismo e o conservadorismo são características presentes no panorama da política do Estado brasileiro, sendo assim, o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff foi mais uma evidência desse processo.

O processo do *impeachment* foi uma estratégia audaciosa para garantir a implantação da agenda conservadora de ataque aos direitos trabalhistas, aos direitos de jovens, homossexuais, negros, indígenas e mulheres. Foi necessário afastar e neutralizar as forças que se colocavam em oposição à agenda conservadora para garantir as condições ideais de aprovação do projeto. No legislativo, a presença de 221 parlamentares do setor empresarial, 109 ruralistas, 22 do setor de segurança e 75 ligados às Igrejas Evangélicas permitiu a aprovação com folga das reformas que compõe a agenda conservadora. O campo dos sindicalistas, com apenas 51 deputados e 09 senadores, foi facilmente neutralizado nas votações, embora no âmbito do debate político e ideológico esses parlamentares conseguiram transpor as barreiras impostas pela grande mídia e impedir o triunfo do discurso único, (SILVA, 2018, p. 505).

Nessas circunstâncias, entendemos como marcas do conservadorismo o autoritarismo do golpe na democracia no país, que se confirmou quando o governo Michel Temer passou a

assumir a Presidência da República, a partir de maio de 2016. Seu mandato foi marcado por extinção de várias políticas públicas sociais, entre suas intervenções, destacaremos a Medida Provisória (MP) 726/2016 que extinguiu diversos ministérios, entre eles, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Cultura e das Comunicações, Secretarias Especiais das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, bem como a MP 759/2016 que modifica as orientações da regularização fundiária rural e urbana (BRASIL, 2016).

Em continuidade ao foco dessa discussão e considerando o contexto atual, especialmente em relação à educação do campo e suas especificidades, ver-se que a política de educação está atrelada à política do trabalho no contexto da terra. Assim, observa-se que a destituição do MDA trouxe sérios prejuízos para as políticas agrárias no país. Entretanto, temos o conhecimento que os movimentos sociais, em especial, os movimentos sociais do campo, a exemplo dos Movimentos dos Trabalhadores e Trabalhadoras sem Terra-MST, não se deixaram intimidar pelas políticas autoritárias do governo Bolsonaro, que extingue direitos adquiridos e legitimados por meio da luta e dos encontros das organizações sociais.

O jornal Brasil de Fato¹ é um meio de comunicação que apresenta a realidade brasileira no contexto político, social, econômico, assim como a prática dos movimentos sociais, enfatizando as ações dos movimentos sociais, especificamente do campo em todos território brasileiro. O jornal destaca a importância das políticas públicas para o campo, a soberania alimentar, o cultivo por meio a agroecologia, além de denunciar os desmandos do governo Bolsonaro, bem como se seus aliados dirigentes conservadores.

O governo Temer na continuidade de sua gestão, cumpriu a agenda, conforme o interesse do capital, com a iniciativa da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de número 287/2016, que dispõe de uma nova constituição para a Reforma da Previdência (Brasil, 2016). Silva afirma que “A agenda conservadora é ampla e reconfigura a relação de forças entre capital/trabalho ao impor, por um lado, à classe trabalhadora um retrocesso às conquistas mais elementares de proteção social à ação predatória do capital” (2018, p. 505).

Nessa perspectiva, a partir do ano 2018, com a transição do governo Temer para o governo Bolsonaro, a conjuntura das políticas públicas de Estado se manteve no mesmo

¹ Brasil de Fato. MST minimiza recuo do governo sobre reforma agrária: "É uma tentativa de nos enrolar" In: Incra divulgou novo memorando nesta quarta (9) suspendendo determinações Incra divulgou novo memorando suspendendo determinações que paralisaram a reforma agrária no país. Lu Sudré, Brasil de Fato. São Paulo (SP), 09 de janeiro de 2019.

patamar de retrocesso, em que o atual governo² dá continuidade às mesmas estratégias que expôs ao risco os direitos dos trabalhadores, sobretudo, no que refere às questões educacionais. Diante disso, temos a compreensão de que tais políticas de cunho neoliberal têm entre suas finalidades, estabelecer uma inter-relação entre a agenda do Estado e capitalismo, que segundo Dourado,

Esse cenário de mudanças e também de crise do capitalismo — que é transnacional — tem possibilitado o aprofundamento de reformas neoliberais sob o eixo da redução do Estado nas políticas sociais e sua retomada para a expansão do capital, novos formatos e complexificação de processos de privatização, desregulamentação da economia, flexibilização da legislação trabalhista, novos processos de gestão, financiamento, regulação e avaliação. Enfim, vivenciamos, em escala global e com impacto nos contextos nacionais e locais, a naturalização do processo de financeirização cuja lógica, dinâmica e alavanca de poder só contribuem para a reprodução do capital (DOURADO, 2019, p. 3).

Os elementos apresentados por Dourado (2019), apontam as novas mudanças das políticas neoliberais, nas circunstâncias da redução nas políticas públicas em geral (Estado de Exceção ou Estado mínimo), com destaque para as políticas educacionais. Essas transformações no âmbito da administração pública têm contribuído para a expansão do capital, intermediado pelo projeto político, defendido pelo governo Bolsonaro, que reforça a reprodução, manutenção e fortalecimento dos modos de produção. Tal condição se intensificou por meio dos processos de privatização, desmonte das políticas públicas sociais, conquistadas por meio de lutas dos movimentos sociais. Em 2019, o jornal Brasil de Fato apresentou uma reportagem, sobre o recuo do governo direcionado às políticas de reforma agrária.

Apesar da conjuntura agressiva aos movimentos sociais, o representante do MST destaca que a mobilização do movimento pela reforma agrária não irá cessar. "Nós continuaremos organizando o povo para a luta pela terra porque a luta pela terra não é uma questão de governo ou policial. É uma questão social para o desenvolvimento do território do país", reforça O vai e vem do novo governo demonstra descaso com as políticas agrárias. Quando ele criou a Secretaria de Regularização Fundiária e entregou à UDR [União Democrática Ruralista], deixou claro que irá fazer uma política de concentração de terra, uma política de não desapropriação e uma política contra a reforma agrária. Eles ficam criando essas notícias para iludir e tirar o foco dos movimentos e da luta política pela terra. Sabemos que é tudo uma tentativa de nos enrolar. Sabemos que é um governo que, com a bancada latifundiária, veio para não fazer reforma agrária", afirma Alexandre Conceição da direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, (SUDRÉ, 2019, *on-line*).

² A gestão do governo Bolsonaro que compreende o tempo histórico de 2019 a 2022.

Ainda em 2019, o Brasil de Fato apresentou a reportagem intitulada Governo Bolsonaro suspende Reforma Agrária por tempo indeterminado: documentos distribuídos às superintendências do Inbra determinam interrupção da compra e demarcação de terras. Contudo, afirma Alexandre Conceição (2020) citado por Camargo e Junqueira (2020, *on-line*) que

Não queremos violência. Queremos reforma agrária”, frisa Conceição, do MST. Ele destaca que a prioridade do MST é cuidar da segurança das famílias, mas que o aumento da concentração fundiária leva, inevitavelmente, a um número maior de ocupações.

De acordo o jornal Brasil de Fato (2020, *on-line*),

as políticas agrárias sofrem as consequências do atual governo³, aplicando cortes significativos do ponto de vista de investimentos, de verbas destinadas aos Programas do Inbra como, Assistência Técnica e Extensão Rural, Promoção de Educação no Campo e Reforma Agrária, assim como a Regularização Fundiária.

Sobre política de governo e política de Estado, Oliveira (2011, p. 329) define que “políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder às demandas da agenda política interna, ainda que envolvam escolhas complexas”. Já as políticas de Estado “são aquelas que envolvem mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade”. Para tanto, a autora trata da diferenciação, em que a política de Estado é configurada como ações consolidadas, amparadas em uma legislação própria, enquanto a política de governo, abre possibilidades para que qualquer gestor público, no âmbito de uma sucessão, possa alterá-la.

No contexto das políticas educacionais, Oliveira (2011) ressalta que não existe uma política unificada para a educação. As políticas são consolidadas diante de propostas de interesse de uma classe dominante, em uma perspectiva educacional hegemônica, do modelo neoliberal que, segundo Gentili (1996, p. 244),

ataca a escola pública a partir de uma série de estratégias privatizantes, mediante a aplicação de uma política de descentralização autoritária e, ao mesmo tempo, mediante uma política de reforma cultural que pretende apagar do horizonte ideológico de nossas sociedades a possibilidade mesma de uma educação democrática, pública e de qualidade para as massas. Uma política de reforma cultural que, em suma, pretende negar e dissolver a existência mesma do direito à educação.

³ O autor faz referência ao governo Bolsonaro.

Assim sendo, é perceptível todas essas mudanças em vários aspectos no campo educacional, seja do ponto de vista de investimentos, gestão ou do controle das questões pedagógicas nas escolas públicas, como exemplo temos os Reformadores Empresariais da Educação⁴, conhecidos no Brasil como, “Todos pela Educação” (FREITAS, 2012, p. 381), presidido por um dos maiores empresários da indústria siderúrgica brasileira, Jorge Gerdau Johannpeter, do Grupo Gerdau, que integrou a equipe de assessores da presidenta Dilma Rousseff, na atuação como coordenador da Câmara⁵ de Políticas de Gestão, Desenvolvimento e Competitividade.

Em relação ao governo Bolsonaro é preciso destacar alguns agravantes no que tange à deterioração de políticas de Estado, especificamente da educação, que atingiu a classe trabalhadora, tanto no contexto do professor enquanto profissional, quanto do aluno, no que diz respeito ao direito a uma formação de qualidade, dada a consolidação de um projeto político para destruir a escola pública em detrimento da escola privada.

Dentre tantos ataques sofridos no campo educacional, destacamos, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Movimento Escola Sem Partido, Ideologia de gênero, Políticas Gestonárias, ligadas a resultados etc., os quais aprofundaremos em outra oportunidade. Entretanto, evidenciaremos, a conjuntura política para educação do campo, com destaque para o Pronera que contribuiu por meio de três frentes para a discussão: O Pronera, Formação de educadores e Escola do campo.

⁴ Termo criado pela pesquisadora americana Diane Ravitch, “*corporate reformers*” — assim são chamados os reformadores empresariais da educação nos Estados Unidos. Ele reflete uma coalizão entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores alinhados com a ideia de que o modo de organizar a iniciativa privada é uma proposta mais adequada para “consertar” a educação americana, do que as propostas feitas pelos educadores profissionais. Naquele país, a disputa de agenda entre os educadores profissionais e os reformadores empresariais da educação vem de longa data. Ver: FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 119, p. 379-404, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a04v33n119.pdf>.

⁵ A Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade tem o objetivo de formular políticas e medidas específicas destinadas à racionalização do uso dos recursos públicos, ao controle e aperfeiçoamento da gestão pública, bem como de coordenar e articular sua implementação, com vistas à melhoria dos padrões de eficiência, eficácia, efetividade, transparência e qualidade da gestão pública e dos serviços prestados ao cidadão, no âmbito do Poder Executivo. Disponível: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/orgaos-vinculados/camara-de-gestao-1/camara-de-politicas-de-gestao-desempenho-e-competitividade>.

A importância do PRONERA para os sujeitos do campo

De acordo o Brasil de Fato (2020), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) foi criado em 1998 voltado para a formação dos alunos do campo que não tinham condições para concluir o ensino médio. Com a criação do Pronera, os sujeitos do campo tiveram acesso à continuação dos estudos, sendo responsável pela formação de nove (9) mil alunos que concluíram o ensino médio.

Mediante convênios firmados com as universidades públicas, foram graduados no ensino superior 5.347⁶ estudantes, desses se tornaram especialistas 1765 e são alunos na Residência Agrária Nacional 1.527. Em parceria com o PRONERA, a Universidade Federal do Paraná (UFPR), no ano de 2014, criou uma turma especial do curso de Direito para assentados, formada por estudantes vindos de 15 estados, além do Paraná, todos possuíam vínculo com as comunidades camponesas, pois o foco do programa era voltado a reduzir o déficit educacional dessas populações que tanto foram marginalizadas.

Segundo Carvalho e Carvalho (2019, p. 145)

O Pronera enquanto política pública de estado constitui-se pela luta social e o protagonismo dos movimentos sociais e sindicais, colaborando para a consolidação da responsabilidade de um Estado Democrático de Direito na distribuição dos recursos e do poder social, garantindo aos povos do campo a oportunidade do exercício de seu direito social à educação.

É de se considerar que diante desses aspectos, percebemos o quanto foi importante o PRONERA na vida de muitos estudantes do campo. Expectativas que tornaram sonhos realizados. Entretanto, os governos conservadores associados à burguesia querem impedir que a classe trabalhadora possa ter acesso ao conhecimento, principalmente daqueles mais vulneráveis.

Outro ataque aplicado à população camponesa, bem como aos movimentos sociais do campo, consolidou-se mediante decreto nº 10.252, de 20 fevereiro de 2020 que reorganizou a estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com medidas para o enfraquecimento de programas que são de grande importância para o desenvolvimento dos Movimentos dos Sem Terra e dos Quilombolas. Inclusive no primeiro dia de mandato do governo Bolsonaro, a ordem do dia foi criar um decreto que destituiu a Secretaria Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão⁷ — SECADI, que tinha como objetivo assegurar o direito

⁶ Informações do quantitativo dos alunos concluintes do Pronera 2019.

⁷ Revogada atualmente no governo Lula, 2023.

à educação com qualidade e equidade, cujas políticas públicas educacionais eram voltadas para a inclusão.

De acordo Souza e Taffarel e Munarim (2015, p. 85), a

SECADI não brota espontaneamente da vontade dos governantes. É, sim, fruto de uma intensa luta pela Reforma Agrária e por Educação. Dois episódios desta luta são marcantes: (1) O Massacre de Corumbiara, que ocorreu em 9 de agosto de 1995, em Corumbiara, Rondônia, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, deixando 10 mortos e, (2) o Massacre de Eldorado de Carajás, que ocorreu em 17 de abril de 1996, nos municípios de Eldorado de Carajás, no Pará, e deixou 19 mortos.

As autoras, afirmam que a SECADI, consolidada em razão das conquistas dos movimentos sociais, é um dos resultados da luta no cenário da reforma agrária, tanto nos aspectos da luta pela terra, do direito ao trabalho, quanto por políticas de educação. Compreendemos que todas essas vitórias foram fruto de muitos enfrentamentos, na luta por garantias de direitos para os povos do campo.

Entretanto, é importante inferir que o governo Bolsonaro, conservador colocou em risco todas essas conquistas, por falta de uma gestão comprometida com as políticas públicas para a classe dos trabalhadores, diferentemente dos governos progressistas, a exemplo de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff entre os anos de 2003 a 2016, que segundo Souza e Taffarel (2019, p. 86) aprovou, implementou e avaliou programas, projetos, ações, a saber: “Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial na perspectiva inclusiva, Educação Ambiental e em Direitos Humanos, Educação do Campo, Indígena e Quilombola e Educação para as Relações Étnico-Raciais”.

Reconhecemos a importância e a necessidade da luta, na busca incessante por uma educação de qualidade para os povos do campo, sobretudo, qualidade que esteja comprometida e direcionada às especificidades e à realidade dos sujeitos que vivem no campo. Conforme Souza e Taffarel (2019), vários projetos, programas e ações foram aprovados, implementados e avaliados. Percebemos que a luta dos movimentos sociais para a garantia dos direitos à educação precisa ser constante, acompanhada, analisada e avaliada para criar novas estratégias de luta, resistindo sempre.

Considerações Finais

Os estudos revelaram concepções fundamentais sobre a origem, configurações e importância dos movimentos sociais, assim como as agendas, demandas e dinâmicas

enfrentadas pelos movimentos do campo, especialmente em relação à reforma agrária, que se materializa na luta pela terra e pelo acesso à educação. Nesse sentido, a pesquisa estimulou reflexões e debates sobre a luta da classe trabalhadora por garantias de direitos.

Durante a investigação, constatou-se que o país retrocedeu devido à desarticulação de políticas que impactaram o cenário educacional. Diante desse contexto, ressaltamos a urgência da continuidade das lutas, confrontos e iniciativas dos movimentos sociais e sindicais, bem como de suas bandeiras de luta. Para tanto, reconhecemos a importância de desenvolver, junto às nossas organizações, projetos e atividades de natureza coletiva.

Nesse contexto, percebemos que o embate entre os movimentos sociais e o Estado, marcado pelas contradições do capitalismo, de certa forma fortalece a hegemonia ruralista daqueles que controlam grandes propriedades de terra.

Referências

ARROYO, M. **Ciclos de desenvolvimento humano e formação de educadores**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 20, n. 68, p. 143-161, dez. 1999.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil e participação no Brasil democrático**. In: _____. [org.]. Experiências nacionais de participação social. São Paulo: Cortez, 2009, p. 27-54.

BRASIL DE FATO. **Bolsonaro reduz verba para reforma agrária e aumenta indenizações a ruralistas**. Página virtual do Brasil de Fato, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/08/bolsonaro-reduz-verba-para-reforma-agraria-e-aumenta-indenizacoes-a-ruralistas>. Acesso em: dezembro de 2020.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1995.

DOURADO, Luís Fernandes. Dossiê: Estado, educação e democracia no Brasil: retrocessos e resistências. **Educ. Soc.**, Campinas, v.40, e 0224639, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/es/v40/1678-4626-es-40-e0224639.pdf>. Acesso em 26/10/2020

FARIA, Edite Maria da Silva de. **Os movimentos sociais populares do campo: espaço de participação e intervenção social**. A gestão social da EJA e suas interfaces com os movimentos sociais e a educação popular no Território do Sisal — Bahia? Organização Eduardo José Fernandes Nunes, Maria Ridalva Nery Barreto, Marcos César Guimarães dos Santos. 1 edição, Curitiba, PR: CRV, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e territorialização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec. 285p. 1999.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação.** Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a04v33n119.pdf>. Acesso em: agosto de 2019

GENTILI, P. (Org.) **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GONH, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Rev. Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun, 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9194/7788>.

GUIMARÃES, Juarez Rocha. **Culturas brasileiras de participação democrática.** In: AVRITZER, Leonardo (org.). Experiências nacionais de participação social. Coleção Democracia Participativa São Paulo: Cortez, 2009.

MOCELIN, Daniel Gustavo. **Movimentos sociais e movimentos sociais rurais.** In Organização social e movimentos sociais rurais. GEHLEN, Ivaldo. MOCELIN, Daniel Gustavo. (Org.). 2ª edição revisada e ampliada, editora UFRGS, Porto Alegre, 2018.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Revisitando o Messianismo no Brasil e Profetizando seu Futuro. **Revista Brasileira De Ciências Sociais** - Vol. 16 No 46 Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n46/a06v1646.pdf>. Acesso em dezembro de 2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo a política de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n115/v32n115a05.pdf>. Acesso em: 22/10/2020.

SANTOS, Arlete Ramos dos. **Ocupar, Resistir e Produzir, também na Educação.** O MST e a burocracia estatal: Negação e Consenso. Jundiá: Paco, 2013.

SANTOS, Arlete Ramos dos. **Ocupar, Resistir e Produzir, também na Educação.** O MST e a burocracia estatal: Negação e Consenso. Jundiá: Paco, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. Ed 24. São Cortes 2016

SILVA, Ilse Gomes. Estado e Lutas Sociais no Brasil no Golpe de 2016: O Estado de exceção avança. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, p. 503-518, 2018. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9796/5751>.

Autor 1:

Foto de rosto

Rosilda Costa Fernandes

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Licenciatura em Ciências Exatas com habilitação em Matemática (UESB). Especialização em Matemática (UESB). Professora da Rede de Ensino do Estado da Bahia. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Movimentos Sociais, Diversidade, Educação do Campo e da Cidade (GPEMDECC) e Integrante da Rede Latino – americana em Educação do Campo, Cidade e Movimentos Sociais – Rede Pecc/MS.

E-mail: fernandesrosilda.rf19@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2129854694253598>

Orcid: [0000-0003-4640-6084](https://orcid.org/0000-0003-4640-6084)

Autor 2:

Foto de rosto

Arlete Ramos dos Santos

Pós-doutorado em Educação e Movimentos Sociais do Campo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Movimentos Sociais, Educação do Campo e da Cidade (GPEMDECC/CNPQ). Coordenadora da Rede Latino-americana de Educação do Campo – Movimentos Sociais (Rede Pecc-MS). Coordenadora do Programa de Formação de Educadores do Campo - Formacampo (PROEX/UESB). Membro da Rede Diversidade e Autonomia na Educação Pública (Redap). Pesquisadora do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), no TG Capitalismo digital.

E-mail: arlerp@hotmail.com

Lattes <http://lattes.cnpq.br/3007333595055044>

Orcid: 0000-0003-0217-3805

5427